

Deslocamentos transfronteiriços de indígenas Warao: Impactos do desenvolvimentismo moderno à vida indígena¹

Elis Alberta Ribeiro dos Santos/UFRGS

Palavras-chave: Deslocamentos; Desenvolvimentismo; indígenas Warao.

Introdução

Uma das minhas intenções, dentro dos estudos de etnologia indígena, é principalmente ocupar um lugar na academia, como resistência indígena, com um histórico de colonização de despossessão de terra dos meus ancestrais, na região do Médio Amazonas, até a periferia urbana da zona leste de Manaus. Acredito ser esse o meu diferencial, dentro e fora da Universidade, escrevo a partir de uma perspectiva de quem foi colonizada, remontando o termo “pesquisa” que serviu, anos, de base para o projeto colonial. Nesse sentido, escrever sobre os impactos que a tragédia do desenvolvimentismo moderno tem provocado em nossa existência, me remete aos desafios e responsabilidades que tenho, em dar visibilidade às nossas histórias, lutas e resistências, já que agora podemos contá-la.

Escrever sobre um grupo indígena é algo sagrado, não somente para mim, mas também para a etnia Warao, com quem venho constituindo uma boa relação de aproximação, diálogo e compromisso. Nesse sentido, meu objetivo, com este texto, é trazer à tona os problemas causados, pelo desenvolvimento moderno, que vêm afetando à vida indígena Warao, passando desde seus territórios ancestrais, por centros urbanos da atual Venezuela, até chegarem no Brasil. O debate que me proponho fazer aqui é um recorte da dissertação, que venho construindo, a ser defendida no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os/as Warao remontam uma história de mais de oito mil anos, de uma região, Delta do Rio Orinoco, mais especificamente ao estado Delta Amacuro, que atualmente corresponde ao nordeste do território que a colonização chamou de Venezuela, constituindo a segunda maior população indígena provinda deste território. De acordo com o censo realizado em 2011, atualmente os Warao são aproximadamente 49 mil indígenas. Esta etnia tem sido tradicionalmente uma sociedade de pescadores e coletores sem a presença de elementos cerâmicos (CASTRO, 2000).

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

A região do Delta do Orinoco foi alvo de sucessivos empreendimentos governamentais, em meados do século XX, provocando impactos e alterações ambientais, prejudicando as dinâmicas socioculturais da vida indígena, obrigando os/as Warao a se deslocarem para regiões urbanas da Venezuela (CASTRO, 2006). Nesse sentido, é importante compreender que a atual crise da Venezuela não foi o principal fator que ocasionou o deslocamento forçado do povo Warao. Desde a década de 60, os impactos ambientais, têm ocasionado esses deslocamentos em massa. Vamos encontrar gerações que nasceram em contextos de deslocamentos. Com a crise econômica e política da Venezuela, a situação da população indígena se agravou, o que os levou a atravessarem as fronteiras.

Em Manaus, o trabalho de acolhimento e interiorização dos/as Warao foi intensificado, um pouco mais, em 2016, quando o Governo brasileiro tentou fazer uma deportação em massa de venezuelanos, entre eles estava um número significativo de Warao. A partir desse problema, tanto a PFDC quanto a 6ª Câmara, iniciaram um diálogo institucional que formaram diversas redes de apoio: SEJUSC, ACNUR, CÁRITAS, SEMASC, UNICEF²; entre outras.

Segundo o relatório da ACNUR, de junho de 2020, temos 5.020,00 indígenas Warao no Brasil. Estão em pelo menos 38 municípios, de 15 estados. Na região Norte, cerca de 3.000,00; no Nordeste 1.000,00 e, uma pequena quantidade, no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, porém, é importante frisar que já estiveram em pelo menos 72 municípios de 23 estados brasileiros e no Distrito Federal. Se tratando de Manaus, com 534 Warao.

É uma realidade que evidencia, a partir do intenso deslocamento, uma característica da população Warao, no qual, este trabalho, demonstrará as consequências que levaram a esta situação. Porém, também, no atual cenário político, presenciamos um desmonte dos direitos dos povos indígenas, previstos tanto na Constituição brasileira, como na Constituição venezuelana. Há muito o que ser enfrentado diante dessa colonização que se reinventa, atacando as comunidades indígenas, com abusos de poder, do imaginário colonial, principalmente à violação dos direitos humanos que leva à: deslocação forçada, condições de refúgio, xenofobia, negação das suas pautas culturais, etnocídio e genocídio.

² Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Agência da ONU para Refugiados, Organização humanitária da Igreja Católica, Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (Manaus), Fundo das Nações Unidas para a Infância.

O Delta Orinoco e o projeto de desenvolvimento econômico venezuelano

O contexto de deslocamentos dos Warao apresenta diferentes etapas históricas. Não pretendo aqui apresentar todas elas, mas minha intenção é enfatizar que as intervenções governamentais, foram implementando sucessivos projetos de empreendimentos econômicos, na região do Delta do Orinoco, em meados do século XX. O que causou danos ambientais, acarretando sérios impactos nas dinâmicas socioculturais da vida indígena, muitos Warao morreram e outros começaram a desenvolver ciclos de deslocamentos forçados, passando a viverem em situações nada favoráveis à vida indígena em regiões urbanas, primeiramente da Venezuela e, atualmente, no Brasil e em outros países.

Nesse sentido, a partir das contribuições de trabalhos de Enrique Dussel (2002), Anibal Quijano (2005), Pablo Quintero (2014, 2015), busco abordar, neste primeiro momento, como que os impactos do projeto de desenvolvimento econômico vêm afetando tragicamente à vida da etnia Warao. Que por sua vez, busca em seu modo de vida sociocultural uma forma de organização econômica para práticas de subsistência no contexto urbano, estabelecendo relações interétnicas e com territórios que vão sendo ocupados transitoriamente por eles.

Segundo Quijano (2005), o projeto de globalização e modernidade em curso, em primeiro lugar, é a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, como um novo padrão de poder mundial. O autor vai considerar que atualmente as consequências desse projeto se dá pela colonialidade poder, do ser e do saber ocidental, que continua imperando como modelo padrão para “sociedades” que a civilização eurocentrada chama de “primitivas”, ou seja, a modernidade não superou a colonização, muito pelo contrário, com a realidade que estamos enfrentando na América Latina dá a sensação de que estamos voltando ao tempo, ao mesmo tempo que as organizações e movimentos indígenas aparecem com muito mais força e resistência neste cenário.

Através dos fatos históricos que remontam o processo de deslocamento forçado da etnia Warao dos seus territórios ancestrais, vamos perceber evidentemente como que a tríade colonial vai se enraizando, estabelecendo suas novas colônias e expulsando os/as indígenas dos seus territórios.

Vejamos. O Ciclo de deslocamentos dos Warao, para centros urbanos da Venezuela, se intensificou, a partir da década de 1960, em consequência do projeto de desenvolvimento nacional do governo venezuelano, que decidiu transformar o Delta do Orinoco no principal abastecedor de agroalimentos para a Guayana venezuelana, que estava no auge de seu processo de crescimento industrial e demográfico.

De acordo com Castro e Heinen (1999), essa intervenção na região do Delta ocasionou em graves desastres ecológicos. A construção de grandes barragens no Rio (*caño*) Manamo e outras obras, impediram que as enchentes sazonais do Orinoco inundassem milhares de quilômetros quadrados, supostamente adequados para a agricultura. A maioria das comunidades indígenas Warao que ali habitavam foram afetadas por consequência de uma profunda alteração de seu habitat natural e de seu modo de vida tradicional, provocando mortandade dos peixes.

Como consecuencia de estos cambios, se produjeron migraciones de indígenas desde las zonas afectadas, especialmente el área costera del Golfo de Paria, hacia otras partes del Delta y hacia algunos centros urbanos cercanos como Tucupita y La Horqueta, donde se instalaron en busca de recursos adicionales en substitución de actividades como la pesca y la horticultura, que se vieron gravemente afectadas por las consecuencias del aumento en la salinidad de las aguas y la acidificación de los suelos (GARCIA E HEINEN, 1999, p. 32).

Foi esse projeto do executivo venezuelano, que nem ao menos se esmerou em consultar a população da região, desconsiderando totalmente a etnia Warao que integrava aquele território, um dos principais projetos que expulsou os Warao para periferias urbanas da Venezuela, como Horqueta, Pedernales, Tucupita, Barrancas e Puerto Ordaz. Um projeto puramente tecnocrático e desenvolvimentista, imposto pelas tendências modernas do governo venezuelano, da época, que não previa nenhuma alternativa ao povo Warao, completamente afetado pelo interesse econômico do capital, de consequência colonial que até hoje afeta tragicamente as comunidades indígenas de diferentes etnias e regiões na América Latina.

O projeto foi executado pela Corporación Venezolana de Guayana (CVG), um instituto autônomo criado justamente para este fim. Após a realização de alguns estudos de viabilidade, a CVG iniciou a construção de uma série de diques que deixariam descobertos mais de 300 mil hectares de terra, supostamente, adequadas para o desenvolvimento de pecuária intensiva e agricultura (ROSA, 2020).

O governo Venezuelano, previa e vendia o discurso da potencialização da capacidade agrícola do Delta do Orinoco. A partir disso, segundo Castro e Heinen (1999),

em 1966, 170 mil hectares de terras no Delta e ao sul de Monagas ficaram protegidas das inundações. Como era previsto, nestes locais foi impulsionado o cultivo intensivo de milho, feijão e arroz e, em menor escala, de banana e cacau. Em menos de um ano, as consequências do desastre ambiental já foram notadas.

Estas sérias consequências ecológicas provocadas pela barragem no rio Manamo afetaram diretamente o modo de vida dos Warao, os quais, apesar da realização de dois estudos prévios sobre os impactos que as obras teriam sobre os indígenas, tinham sua existência desconhecida pelos responsáveis pelo projeto. Com o processo de salinização não só as plantações de ocumo chino, mas também a oferta de peixes foi afetada, comprometendo a alimentação do grupo. Os fertilizantes químicos usados cada vez em maior quantidade pelos produtores a fim de compensar a má qualidade do solo, comprometeram o reservatório de água potável. Além disso, em 1976, ocorreu uma enchente, atribuída, em grande medida, à impossibilidade de as águas do Orinoco desaguiarem no rio Manamo, provocando a morte de muitos Warao (ROSA, 2020, p. 79-80).

Essas e outras intervenções, provocadas por aquilo que Enrique Dussel (2002) chamou de Mito do desenvolvimentismo, resultou no desaparecimento de 21 comunidades Warao (PAZ, 2004), despojados violentamente de seus territórios pelos produtores rurais. O sofrimento causado pela ação moderna demarca o quanto é desconhecido o que representa toda a relação dos indígenas com a natureza. A morte da população indígena é triplicada, pois é para além de uma morte materializada, morre tudo aquilo que não somente é importante para o indígena subsistir, mas para o não indígena colonizador também (KRENAK, 2019).

Segundo Garcia Castro (2000), a presença indígena, desde então, tem sido constante na Guiana, que fica no Leste da Venezuela, e até mesmo na capital da República, documentado ao menos desde a década de 1970.

Nos anos 90, mais uma intervenção do mito do desenvolvimentismo, provoca consequências irreparáveis em um dos territórios Warao, desta vez, agravadas pela exploração petrolífera, no município de Pedernales, localizado no Estado de Delta Amacuro, uma das mais importantes Reservas da Biosfera do planeta, cuja a maioria da população é composta por indígenas Warao, provocando novamente deslocamentos forçados (CASTRO, 2000/2006).

De acordo com Rosa (2020), a exploração de petróleo na região teve início em 1994, por meio do acordo operacional firmado entre a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) e a multinacional British Petroleum. Dentre as atividades que mais afetou este território estão: um programa intenso de explosões sísmicas para detectar a localização

do petróleo, vazamentos de óleo e o despejo de resíduos poluentes nas margens do rio Manamito, afetando novamente à vida indígena.

Além disso, a partir das denúncias de irregularidades e contaminações ambientais no campo de Pedernales, a equipe da Comissão de Meio Ambiente e Planejamento Territorial do Senado Venezuelano encontrou também a existência de manchas de resíduos no solo, na água e perda da vegetação (ROSA, 2020).

Para os indígenas Warao, segundo os depoimentos coletados pela Comissão, a presença da indústria petrolífera perturbou a harmonia e o ambiente natural do delta do Orinoco, prejudicando o acesso a seus locais sagrados, perturbando comunidades antes isoladas, contaminando habitats e recursos naturais associados à sobrevivência de grupos ancestrais, introduzindo novas doenças, como o HIV, e proliferando doenças venéreas, tuberculose e outras. Denunciaram, inclusive, a ocorrência de abusos e violência sexual contra crianças e mulheres indígenas por trabalhadores de companhias petrolíferas, a compra de meninas para a prostituição, o consumo de bebidas alcoólicas e de drogas. Os padrões culturais, os padrões tradicionais de assentamento, o modo tradicional de agricultura e a alimentação, bem como o uso de recursos etnobotânicos para o tratamento de doenças, foram alterados. Seus territórios foram invadidos por instalações das petrolíferas, causando a migração para as cidades (ROSA, 2020, Apud BUSTAMANTE; SCARTON, 1999, p.82).

O impacto dessas iniciativas de desenvolvimento continuou afetando tragicamente às comunidades indígenas, a dissertação de Pocaterra Paz (2004), visibiliza o que é invisibilizado e não contabilizado pelas ações petroleiras, apesar das lutas do movimento da rede de mulheres indígenas, criada pelas Warao, com o propósito de fazer denúncias e reivindicações sobre os impactos criminosos dessas ações no meio ambiente e à vida indígena. Essa ideia de progresso e desenvolvimento econômico tem gerado destruição e violência, aumentando a desigualdade social.

Segundo Quintero (2015), esses projetos, baseados no imaginário ocidental, continuam definindo padrões de vida para todos os povos. Para o autor o desenvolvimento permanece, hoje, como um dos pilares das definições geoculturais globais, agindo ao mesmo tempo como uma máquina de homogeneização que unifica vastos conglomerados populacionais sob o rótulo de "subdesenvolvido" ou "terceiro mundo".

A colonialidade, de fato, apresenta um amplo histórico para um debate, contudo, quando pensamos na América Latina, na maneira que ela vem sendo constituída no nosso continente, como “território periférico do sistema-mundo moderno” (QUINTERO, 2015), percebemos que a questão do poder tem sido fundamentalmente visível e evidente. E o

conceito de racialização, criado no início do século XX, se empodera para classificar pessoas, é o que vamos perceber, quando o próprio conceito de saúde é racializado.

Podemos compreender, o que estou querendo dizer, a partir da epidemia da cólera, que ocorreu na Venezuela, entre os anos de 1992 a 1993, levando a óbito cerca de 500 pessoas no delta do rio Orinoco, em sua maioria, indígenas Warao, no qual, praticamente a comunidade Warao de Mariusa desapareceu, considerada uma das áreas mais remotas de Delta Amacuro, sendo devastada pela doença (ROSA, 2020).

Mediante essa cruel realidade de doença e morte que afetou e ainda afeta, hoje, as comunidades indígenas, faz-se necessário debater sobre a questão de como o indígena é olhado e não atendido de acordo com suas especificidades socioculturais. Analisando tanto a epidemia da cólera quanto a atual realidade com o COVID 19, vamos nos deparar com o mesmo discurso dos profissionais da saúde e da sociedade envolvente, de que os culpados pelo número de morte são os próprios indígenas, que não cuidam de sua higiene e não buscam ajuda médica por conta de suas “superstições”, quando na realidade a falta de acolhimento, com possibilidades de um ambiente humanamente adequado e saudável, para que a população indígena seja atendida nos seus direitos específicos culturais, gera extermínio em massa da população indígena, considerando o quantitativo de existência. Porque esta população se torna mais vulnerável às doenças que são consequências de ações dos “civilizados”. E esses diálogos de enfrentamento, infelizmente não é levado em consideração para o atendimento às pessoas indígenas, tanto de quem está no contexto urbano, quanto de quem está nos territórios mais isolados.

Foram essas as principais ações de cunho colonial que obrigaram os Warao a se deslocarem para os contextos urbanos. Os que conseguiram resistir foram adaptando suas práticas de subsistência deltana para a uma prática urbana. Segundo Castro (2000), esses deslocamentos e (re)territorialização não os impediu de conservar aspectos de sua cultura e autonomia social, ainda que em situações de maior ou menor vulnerabilidade.

Em síntese, as ações do mito do desenvolvimentismo moderno na Venezuela remontam, segundo Castro (2000), o seguinte histórico: 1) Deterioro de las condiciones naturales de subsistencia. 2) Invasión progresiva de las tierras útiles por parte de agricultores y ganaderos criollos. 3) Atractivo creciente de los centros poblados por las oportunidades de encontrar trabajo, recursos alimenticios y sanitarios. 4) Presión ideológica, tanto civil como religiosa, para imponer al Warao el modelo cultural criollo moderno.

O último processo de deslocamento forçado dos/as Warao se intensifica pela crise da conjuntura política e econômica da Venezuela. Que fez com que este grupo étnico atravessassem as fronteiras para outros países. A primeira tentativa, para o Brasil, foi em 2014, ocasião em que foram deportados pela Polícia Federal de Boa Vista-RR. Em 2016, esse novo ciclo de deslocamentos se estabeleceu e, atualmente, abrange inúmeras cidades das cinco regiões brasileiras.

Atravessando fronteiras: Diálogos etnográficos

O diálogo que estabelecerei, neste segundo momento, será a partir da pesquisa de campo que, atualmente, venho desenvolvendo, junto ao/as Warao e as instituições que estão acompanhando esse processo de acolhimento na cidade de Manaus/Amazonas, região norte do Brasil.

Nesse sentido, começo dizendo que esse contexto histórico, de deslocamentos forçados dos/as Warao e suas especificidades socioculturais são muito importantes para serem considerados nas análises do atravessamento das fronteiras e no processo de acolhimento e interiorização desse grupo étnico no Brasil, sendo o processo de deslocamento indígena muito diferente do processo migratório dos não indígenas, talvez seja esse um dos maiores problemas do governo brasileiro, por não dar atenção ao fator cultural, desconsiderando totalmente a trajetória dos/as Warao, por falta de conhecimento e/ou de interesse, pois, logo em 2016, foi levantado, por um grupo de antropólogos/as, quatro relatórios que apontam as especificidades da etnia Warao:

“[...] depois de muitas reuniões organizadas pela PFDC e a Sexta Câmara, no final de 2016, foi colocado à disposição do tema diversos peritos antropólogos. A importante contribuição antropológica empreendida foi para compreendermos essas especificidades da etnia Warao, antes de discutir qualquer medida em relação ao processo de interiorização deles no país. Esse é talvez o maior desafio da pauta Warao. Quatro pareceres antropológicos -MPF (2017), foram elaborados, que coletam informações imprescindíveis. A gente consegue perceber que, nesses quatro anos de trabalho, nós não conseguimos ainda, o estado brasileiro não conseguiu ainda dar as respostas às questões que já foram desvendadas neste momento inicial do problema (Felipe Palha, 6º Câmara, em uma Live sobre a situação dos Warao no contexto de Pandemia, 2020).

Foram os pesquisadores Antônio da Silva, Helena Ortolan e Almeida Santos (2018), membros do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (Gema), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que realizaram esse trabalho, pela

Organização Internacional para as Migrações (OIM), no qual, resultou num diagnóstico sobre a situação dos/as Warao em Manaus. Tal material é uma excelente fonte para análise, pois os/as Antropólogos/as apresentam ali um panorama histórico sobre os ciclos de deslocamentos dos/as Warao, contextualizando a entrada e a permanência em Manaus.

A Assistente Social, Vânia, da SEJUSC (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania), me contextualizou o longo processo de reconhecimento e interiorização dos/as Warao, em Manaus. Depois de algumas tentativas de acolhimento em casas e alojamentos, eles/as passaram a serem acolhidos/as em dois grandes abrigos, que se localizam em diferentes pontos da cidade: um no centro da cidade e o outro no bairro Alfredo Nascimento, situado na zona leste. A partir do cenário do COVID 19, os Warao foram acolhidos em diferentes lugares, pois nos abrigos insalubres disponibilizados pela prefeitura, era impossível evitar a contaminação.

Na cidade os/as Warao vão produzir diferentes tipos de relações. Para Nunes (2010), vivemos num cenário em que grupos indígenas estão se apropriando cada vez mais das cidades e, por isso, a questão da urbanidade indígena começou a receber certa ênfase. Esse processo se acirrou a partir do trabalho de Cardoso de Oliveira (1956) sobre os indígenas *Terena*, do Mato Grosso do Sul e, após esse período no ano 2000, esse tema voltou a surgir em palcos de debates sobre a relação indígena com a cidade (ANDRADE, 2017).

Segundo Pacheco de Oliveira (1997), o processo de territorialização não deve jamais ser entendido simplesmente como de mão única, dirigido externamente e homogeneizador, pois a sua atualização pelos indígenas conduz justamente ao contrário, isto é, à construção de uma identidade étnica individualizada daquela comunidade em face de todo o conjunto genérico de indígenas que pertencem a um determinado lugar, tomando o território como um fator regulador das relações entre seus membros.

O tema sobre territórios indígenas em contextos urbanos, apresenta distintas características que devem ser consideradas, se tratando dos/as Warao, o estabelecimento de relação com esse território é bem complicada, porque os lugares que estão sendo ocupados por eles/as são transitórios. Por exemplo, nesse contexto epidêmico de COVID 19, os núcleos familiares foram sendo divididos em ginásios de escolas e, atualmente, estão em um ambiente um tanto afastado do movimento central da cidade o que prejudica o trabalho das mulheres e suas práticas econômicas dentro do contexto urbano. Como veremos mais adiante.

Mesmo no Brasil, os/as Warao sentem necessidade de retornar para seus territórios na Venezuela, até porque é meramente impossível estabelecer uma relação com os ambientes que são possibilitados para eles viverem aqui. Eles/as retornam muitas vezes, também, para levar mantimentos ou dinheiro para os familiares que ficaram. Quando se sentem ameaçados pelas impossibilidades de viver em determinadas cidades, seguem seu caminho adiante, pela falta emprego, comida, atendimento à saúde, escola etc. (Registro do diário de campo em conversa com José de Jesus, indígena Warao, professor formado, acolhido no abrigo do Bairro Alfredo Nascimento).

Observando os núcleos familiares no abrigo central, foi possível notar o quanto os homens levam em consideração a opinião das mulheres para seguirem adiante e ocupar outros espaços de regiões brasileiras ou retornarem para a Venezuela. Alguns dos homens me disseram que as mulheres atuam como promotoras das frentes de deslocamentos. Daqui decorre um segundo elemento importante a ser considerado: A importância das mulheres na cosmologia da etnia Warao, ou seja,

El elemento femenino surge en la cosmovisión Warao, como un símbolo de procreación, de orden, de administración, de protección e incluso de retaliación. Entre las diversas versiones de la creación del mundo Warao, se le atribuye a la mujer, por transformación de la sangre uterina, la formación de la tierras y la topografía específica del delta bajo [...]. Ser mujer en la sociedad Warao requiere de un conocimiento íntimo acerca de los vínculos que existen entre lo telúrico, cultural y cósmico en su altamente animado universo de múltiples estratos (LAFÉE-WILBERT, 2008, p.51).

Essa dimensão cosmológica, que ressalta Laffé-Wibert, vai colocá-la numa posição privilegiada no modo de organização do grupo. “Desde a pré-hispânica, a mulher, no Delta do Orinoco, tem sido recolectora, transportadora, artesã e navegante” (LAFÉE-WILBERT, 2008, p. 151). Na cidade, esta prática de coletoras deltananas, vão ser adaptadas para coletoras urbanas. Passam a ocupar diferentes lugares da cidade para fazer coletas de dinheiro, a maioria das vezes acompanhadas pelas crianças. Tal atividade desenvolvida, faz parte da organização de subsistência da etnia Warao no contexto urbano, a partir de escolhas e modos culturais próprios. Trata-se, portanto, de uma estratégia adaptativa, e é vista pela etnia Warao, como um trabalho e não como mendicância, ainda que estejam sujeitas a todo tipo de violência.

As mulheres associam a habilidade em pedir dinheiro às estratégias utilizadas no Delta Orinoco para colher seus alimentos. A diferença “é que em vez de entrar na floresta em busca de alimentos, atravessam as ruas da cidade para coletar dinheiro” (Registro do caderno de campo, conversando com uma indígena idosa do abrigo do centro).



Imagem 1 – Prática de subsistência Warao nas sinalerias da cidade de Manaus - Registro próprio

Dessas práticas das mulheres Warao, surge a principal renda dos grupos familiares. Geralmente a arrecadação das coletas variam entre 30 a 40 reais, por dia, elas chegam nos abrigos sorrindo, muitas vezes, já trazendo o que comer e todas preparam juntas seus almoços, dividindo o mesmo fogo. O que elas ganham nas ruas ou nas vendas dos artesanatos logo é aplicado na compra de algo, principalmente comida. Ali não se guarda dinheiro, não se acumula, a relação com o dinheiro é transformada pelas vivências ancestrais da etnia, as trocas vão acontecendo de maneira imediata.



Imagem 2 – Patilha do Almoço – Bacias de comida divididas por núcleo familiar – Registro próprio

Esta não é única forma da mobilização de recursos. Há os artesanatos que são produzidos também pelas mulheres e, dependendo dos lugares que estão, os homens ajudam a conseguirem o material. No entanto, como afirma Geertz (1989), elas constroem

uma trama de relações a partir da qual agem e interagem com os diversos agentes sociais que vivem na cidade. Para produção desses artesanatos, as indígenas contam com a ajuda da ACNUR e das Cáritas, instituições que contribuem com os recursos necessários para produção e vendas.

São redes (linha), balaios (palha de buriti), tecidos fios a fios, o que leva um tempo para ficarem prontos e por isso os preços são mais elevados, também trabalham com miçangas e sementes de açaí para produção de pulseiras e colares. São peculiaridades da etnia Warao que não encontramos na confecção de outras etnias do território brasileiro.



Imagem 3 – Produção de artesanatos das mulheres Warao – Registro próprio

A participação feminina na etnia Warao, sempre teve e ainda tem, uma marca significativa na história de organização geoeconômica desta etnia, pois, são as mulheres que garantem a instrução das responsabilidades de bens e a distribuição e redistribuição equitativas de recursos econômicos, especialmente da alimentação dentro de seus núcleos familiares. Por isso, também a orientação, dada por elas, se o grupo deve voltar para Venezuela, permanecer em Manaus ou seguir viagem para outras regiões brasileiras.

Toda essa discussão comporta relações interétnicas. Como afirmam Silva, Ortelan e Santos (2018), os Warao não viajam sozinhos. Tanto as redes de parentesco como os grupos formados ao longo do caminho são de fundamental importância para suas estratégias de fixação e deslocamento, enquanto população indígena transeunte em busca de sustentabilidade num novo contexto. É importante considerar o deslocamento Warao também como estratégia social e econômica que promove a circulação não apenas de

mercadoria, mas sobretudo de relações pessoais fundamentais na definição de papéis sociais e políticos.

Descolonizando Olhares

Parafraseando Ailton Krenak (2019), “é importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros”, adiando o fim do mundo é possível contar sempre mais uma nova história. É o que Davi Kopenawa (2015), ponderou no livro a *Queda do céu*, dando visibilidade a resistência indígena na preservação de suas origens e territórios.

Segundo Ailton Krenak (2019), desde os tempos coloniais, a questão do que fazer com a parte da população que sobreviveu aos trágicos primeiros encontros entre os dominadores europeus e os povos que viviam onde chamamos, de maneira muito reduzida, de terras indígenas, levou uma relação muito equivocada entre o Estado e essas comunidades.

Para Enrique Dussel (1993), seria necessário criar uma nova teoria, a do “diálogo”, que pudesse “superar”, a teoria da modernidade; fazendo com que todas as culturas, até então ditas, “incompatíveis”, coexistissem e dialogassem, de modo que uma não fosse sobreposta a outra. É o que Bruno Latour (1991), vai considerar, a partir de uma análise dos avanços inimagináveis no campo das ciências e das tecnologias, que apresentam contradições do que é tido, pelos neoliberais, como modelo de “desenvolvimento” econômico, pois para o autor, se por um lado, na sociedade dita moderna, avança às descobertas científicas e tecnológicas, por outro, há catástrofes que são causadas por esses avanços, foi o que vimos no primeiro bloco de discussão deste trabalho.

Semelhante a isso, Sahlins (1997) refuta a ideia de que um sistema mundial burguês predomine entre outros povos, afirma que as culturas e os povos considerados menores não são passivos à imposição do sistema econômico vigente, mas são sociedades resistentes no interior desse processo, mostrando a recriação das formas de vida através do encontro com as culturas capitalistas.

Tal noção está diretamente associada ao que Anibal Quijano (2005) chamou de colonialidade do poder, consequência da relação colonial, nesse sentido, a territorialização das populações indígenas deve ser entendida como um processo de reordenamento social, econômico, político, subjetivo e de reconstrução da sua identidade.

Faço essa colocação para ir concluindo, este texto, pelo fato de que se torna impossível resolver o que o governo brasileiro considera como problema, sem tornar os Warao partícipes desse processo e escutá-los, para que eles possam contar suas próprias histórias e se (re)constituírem dentro dos territórios brasileiros. Urge uma necessidade gritante de considerar as causas Warao, mesmo com as considerações de refúgio, não se tem um projeto de lei que atenda a especificidade das etnias indígenas em contextos de deslocamentos internacionais.

Nas reuniões que participei, cujo a pauta era a situação dos Warao, não houve participação dos próprios indígenas. Então, há, até hoje, uma necessidade dos/as Warao serem ouvidos, de modo livre, e informados sobre a política de acolhimento, saúde, trabalho, educação e qualquer outra medida que os afete. Não há uma valorização do protagonismo Warao, como consulta pública dentro das próprias comunidades, de modo que participem dos encaminhamentos. O estado brasileiro tem se descuidado muito no atendimento aos Warao.

As medidas, até então, não foram eficientes, principalmente por não separar as causas da migração dos não indígenas, das causas dos deslocamentos forçados dos Warao. O máximo que fizeram foi separá-los dos não indígenas, nos abrigos de acolhimento, mas nos direitos específicos não houve avanço. Segundo Felipe Palha, representante da Sexta Câmara, na causa Warao,

“já era notório, em 2017, e continua sendo nosso maior problema hoje, a falta de um plano de ações coordenadas que efetivamente levem em consideração a participação dos warao na elaboração de políticas públicas voltadas para os indígenas, sem isso a tendência é a tomada de decisões unilaterais, sem a compreensão das especificidades socioculturais da etnia, propiciando situações de conflitos internos de constante ameaça aos seus direitos” (Filipe Palha, Sexta Câmara, Live sobre a situação dos Warao, 2020).

Nesses quase quatro anos de trabalho o que é possível concluir, é o que governo brasileiro caminhou muito pouco, ou quase nada, na orientação de dar uma resposta eficiente ao atendimento às especificidades Warao, principalmente a garantia de um escuta especializada, de participação efetiva da população Warao na formulação e execução das políticas públicas de atendimento e acolhimento humanitário.

Além do descaso na proteção dos direitos das comunidades tradicionais, ocorre uma ineficácia das políticas públicas, muitos dos erros cometidos pelo estado brasileiro são provenientes da ausência de uma política que respeite a convenção 169, sobre povos indígenas e tribais (Registro do caderno de campo, em uma reunião na SEMAS).

Então, esses problemas detectados, em relação ao acolhimento à população Warao, decorrem de um processo de deslocamento que deve ser compreendido para além de uma questão migratória e/ou refúgio, trata-se das especificidades de uma população indígena, e é esse é um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos próprios indígenas, pois o governo atual, ataca de todos os lados os direitos dos povos originários que estão nos territórios brasileiros.

A deficiência nas políticas de abrigo à população Warao, está também nos modelos tutelares, um modelo pouco dialógico, que atenda as especificidades das culturas indígenas, não há adoção de políticas diferenciadas de saúde, educação, assistência social que levem em consideração os fatores culturais.

Se tratando do atual momento epidêmico, provocado pela Covid 19, a população Warao é um dos grupos mais vulnerável, em nosso país. Os povos indígenas, em si, são imunologicamente frágeis às infecções respiratórias, sendo ainda hoje, uma das causas de maior mortalidade nas comunidades indígenas em geral. Em relação à população Warao esse risco aumenta, pois, de acordo com dados fornecidos pela ACNUR (2020), das causas de mortes de Warao, ocorridas nos últimos três anos no Brasil, mais de 43% dos 83 óbitos foram por síndromes respiratórias.

A grande incidência, desses casos, é agravada pela precariedade da situação de moradia e das condições do deslocamento, não apenas no Norte, como também em outras regiões do país. De modo específico, é importante compreender como a população Warao concebe adoecimento, morte e cura. A forma de percepção cultural, dessas situações, pelo grupo, acompanha ritos singulares e de xamanismo. Sem o aprofundamento desses valores culturais, torna-se difícil o atendimento aos/as Warao, nesse contexto pandêmico, isso acaba agravando. Atualmente, há pelos 177 casos confirmados em Manaus. 9 mortes no Brasil, sendo 6 no Pará, 1 no Amazonas, 1 em Boa Vista e 1 em Pernambuco (ACNUR, 2020).

Essa discussão remonta a trajetória e os enfrentamentos que a etnia Warao vem fazendo. Enquanto mulher indígena, aqui como resistência, penso nos desafios e responsabilidades que tenho com nossos povos originários, pois aqui lutamos para ter nosso lugar de fala e de escrita, para que nossas histórias atualmente e futuramente possam ser contadas, por nós. Ainda sofremos com a amarga herança colonial, pois ela não acabou, pelo contrário, a colonialidade do poder, do saber e do ser continua imperando em nossos territórios ancestrais e em nossas comunidades inseridas, onde a modernidade chama de periferias urbanas. “O que está na base da história desse país,

continua incapaz de acolher seus habitantes originais, sempre recorrendo a prática desumanas para promover mudanças em nossas formas de vida” (Krenak, 2019).

Bibliografia

ACNUR. Nota informativa sobre a presença de Indígenas Warao no Brasil e sobre o atual contexto pandêmico. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/07/21/mais-da-metade-dos-indigenas-venezuelanos-no-brasil-ja-recebeu-apoio-do-acnur/> Acesso em 10 de out. 2020.

ANDRADE, Fanir Neves Ayres. **Pluralismo médico e alternativas para atenção à saúde entre indígenas na cidade de Boa Vista/RR**: perspectiva histórica e de análise dos itinerários terapêuticos. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (UFR). Boa Vista, 2018.

BAINES, Stephen. Grant. **As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade**. Brasil Indígena, Fundação Nacional do Índio, 2001.

CASTRO, Álvaro A. Garcia. **Mendicidad indígena: Los Warao Urbanos**. Los Andes: Boletín Antropológico N° 48, 2000.

_____, **Migración de indígenas Warao para formar barrios marginales en la periferia de las ciudades de Guayana, Venezuela**. Departamento de Antropología: Caracas Gran Vía, 2006.

CASTRO, Álvaro A. Garcia; HEINEN, Dieter. **Planificando el desastre ecológico**: impacto del cierre del caño Manamo para las comunidades indígenas y criollas del Delta Occidental (Delta del Orinoco, Venezuela). Antropológica, 91, Caracas, 1999, p. 31-56.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 55-73.

DUSSEL, Enrique. **1942: O encobrimento do Outro**: A origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu: Palavras de um Xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LATUOR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de Antropologia Simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LFEÉ-WILBERT, Ayala. **La Mujer Warao**: De recolectora deltana recolectora urbana. Instituto caribe de Antropología y Sociología. Monografía n°51: Caracas, 2008.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias Urbanas Ou Cidades Indígenas? Reflexões Sobre Índios E Cidades. Espaço Ameríndio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

OIM. I Ciclo de Webinars sobre indígenas Warao no Brasil. Tema: Enfrentamento à COVID 19 entre indígenas em deslocamento forçado no Brasil. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=732306287311376&ref=watch_permalink. Acesso em 08 de out. 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Preliminares de uma pesquisa sobre a assimilação dos Terena. Museu do índio. Investigações sobre os índios Terêna. Museu Nacional, 1956.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Rio de Janeiro: MANA, 1998. 4(1):47-77.

OIT. Convenção n°.169 sobre povos indígenas e tribais. Resolução referente à ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho. - Brasília, 2011.

POCATERRA PAZ, Librada. *Las mujeres indígenas frente a la actualidad petrolera: un estudio de caso La Ladera, Pueblo indígena Warao*. Diplomado Superior en Derechos Indígenas y Recursos Hidrocarburíferos; FLACSO Sede Ecuador. Quito, 2004, 125 p.

_____, João Pacheco de. **Viagens de ida, de volta e outras viagens**: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. In. Travessia: Revista do migrante. Publicação do CEM – IX, n° 24, Janeiro-Abril/1996.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 227-278.

QUINTERO, Pablo. **Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina**. In: QUIJANO, Aníbal (org.) Des/Colonialidad y Bien Vivir: Um debate en América Latina. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2014, pp. 193-216.

_____, Pablo. **Antropologia do desenvolvimento**: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Edições Kula, 2015.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2020.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica**: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). Rio de Janeiro: Mana, 1997.

SILVA, Sidney; TORELLY, Marcelo; SANTOS, Sandro; ORTOLAN, Maria Helena e OTERO, Guilherme. **Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas**. Brasília: OIM, 2018.